



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**ATA/RELATÓRIO DA 9ª REUNIÃO DE AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA DA
EQUIPE DE LÍDERES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
TOCANTINS.**

Aos 18 dias do mês de novembro do ano 2014, no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça, ocorreu a 9ª Reunião de Análise da Estratégia - RAE da equipe de líderes do Planejamento Estratégico do TJ/TO, para fins de apresentação dos macrodesafios do Planejamento Estratégico para o período de 2015 a 2020, bem como definição das metas e propostas de iniciativas.

Às 09:00 horas a Presidente Desembargadora Ângela Prudente declarou aberta a reunião e registrou a presença dos Líderes: Vice Presidente Desembargador Moura Filho, Vice Corregedor Desembargador Ronaldo Eurípedes de Souza, Desembargador Eurípedes do Carmo Lamounier, Juiz Pedro Nelson de Miranda Coutinho (ASMETO), a Juíza Auxiliar da Presidência, Dra. Silvana Maria Parfieniuk, o Diretor Geral Flavio Leali Ribeiro, Chefe de Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça, Yuri Anderson Pereira Jurubeba, Chefe de Gabinete da Presidência Ana Carina Mendes Souto e os seguintes convidados: Desembargadora Jacqueline Adorno, Desembargador Helvécio Maia, Desembargadora Maysa Vendramini Rosal e Juizes convocados Dra. Adelina Gurak, Dra. Célia Regina, Dr. João Rigo Guimarães. Também estava presente, a Secretária Executiva da ESMAT Ana Beatriz de Oliveira Preto.

Dando prosseguimento, a Presidente agradeceu a presença de todos e fez a apresentação do consultor Joel Sólton que auxiliou na condução do processo do planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins para 2015-2020. O consultor parabenizou os trabalhos até então realizados, ressaltando o estágio avançado do processo eletrônico, a forma democrática da consulta realizada para o desenvolvimento do planejamento estratégico e a abrangência do que será proposto para melhorar o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Em seguida, a Presidente fez uma explanação sobre a forma de execução do diagnóstico que atingiu o público interno e externo, bem como a consulta pública e a realização do *workshop* para coleta de propostas para melhoria do judiciário tocantinense e, na coordenação dos trabalhos da Reunião, passou a palavra para o Coordenador da COGES, Sr. José Atilio Beber, que iniciou discorrendo sobre os macrodesafios nacionais definidos pelo Conselho Nacional de Justiça para os Tribunais de Justiça Estaduais, e passou a apresentar a pauta de assuntos:

1. DELIBERAÇÃO SOBRE A MISSÃO E VISÃO DO TJ-TO

Foram apresentadas 03 (três) propostas para deliberação dos líderes sobre a Missão e Visão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins para o Planejamento Estratégico de 2015-2020. Para ambas houve uma proposta de ordem técnica, apresentada pela equipe da COGES, e outras duas propostas extraídas daquelas que foram apresentadas pelos participantes do *workshop*. Após debates e sugestões, ficou deliberado pelos líderes o seguinte texto:

Moura Filho
Eurípedes do Carmo

Ângela Prudente
Ronaldo Eurípedes de Souza
Flavio Leali Ribeiro
Yuri Anderson Pereira Jurubeba
Helvécio Maia
Dr. João Rigo Guimarães
Dr. José Atilio Beber

Dr. João Rigo Guimarães
Juiz Convocado
Helvécio de Brito Maia Neto
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MISSÃO	VISÃO
“Garantir a cidadania através da distribuição de uma justiça célere, segura e eficaz.”	“Estar entre os melhores Tribunais de Justiça e ser reconhecido como mais moderno, célere e eficaz, até 2020.”

2. DELIBERAÇÃO SOBRE VALORES DO TJ-TO

Para os Valores foi apresentada a sugestão de manutenção do que já era contemplado no Planejamento Estratégico 2010-2014 e o acréscimo do termo “sustentabilidade” extraído de sugestões da maioria dos participantes do *workshop*. A proposta foi aceita pelos líderes, com acréscimo do termo “credibilidade”, sugerido pela Desembargadora Maysa Vendramini Rosal, ficando os seguintes Valores para o PE-2015-2020:

VALORES
➤ Eficiência
➤ Ética
➤ Credibilidade
➤ Presteza
➤ Inovação e Cooperação
➤ Responsabilidade Social
➤ Transparência
➤ Comprometimento
➤ Sustentabilidade

3. DELIBERAÇÃO SOBRE MACRODESAFIOS, METAS, INDICES E INICIATIVAS

Os macrodesafios nacionais foram definidos pelo CNJ e o Coordenador da COGES explicou que na Reunião serão definidas as metas e índices para o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Tocantins 2015-2020. Durante a apresentação, o Sr. Atilio ressalta que os macrodesafios serão demonstrados a partir da base, que são os custos e infraestrutura, até atingir o objetivo final, que é a sociedade. Em seguida, informa que a apresentação será discorrida pelos servidores da COGES e, dando prosseguimento, a Sra Agnes Sousa da Rosa apresentou as metas e índices alcançados pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins, demonstrando as fórmulas de cálculo utilizadas e as propostas para o Planejamento Estratégico 2015-2020. A cada macrodesafio apresentado, o Assessor de Projetos, João Ornato Benigno, explanou sobre os projetos e iniciativas correspondentes a cada um. Foram apresentados os projetos que ainda estão em andamento e que terão continuidade, bem como as iniciativas que estão sendo propostas para cada macrodesafio. Algumas extraídas do *workshop*, outras de autoria do Assessor de Projetos e de membros do Judiciário. Ao final, as metas, índices e iniciativas foram aprovadas pelos líderes, conforme segue:

Macrodesafio: Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC	
Metas	29 - Alcançar 70% das metas do PETIC, até 2020.
	30 - Manter 100% do índice de virtualização dos processos

Dr. João Rigo Guimarães
Juiz Convocado

Heliécio de Brito Maia Neto
Desembargador

[Handwritten signatures and initials on the left margin]

[Handwritten signatures and initials on the right margin]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

	novos, até 2020
Projetos remanescentes	- Metrotins
	- Consolidação de TIC
Iniciativas	- Implantação das melhores práticas de governança de Tecnologia da Informação

Macrodesafio: Instituição da Governança Judiciária	
Metas	24 - Atingir 70% das metas do Planejamento Estratégico até 2020
	25 - Aumentar para 95% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2020.
	26 - Realizar 3 R.A.E por ano (Resolução nº198).
	27 - Atingir 7,50% no índice de eficiência na arrecadação, até 2020
	28 - Obter 75% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2020.
Projetos remanescentes	- Fortalecimento do FUNJURIS
	- Alteração da LOJ
	- Redesenho dos Processos Administrativos
Iniciativas	- Cálculos Judiciais e Central da Contadoria
	- Gestão Documental
	- Instituição da Governança Judiciária

Durante apresentação do macrodesafio, o Desembargador Ronaldo Eurípedes, discorre sobre o índice das Metas e informa sobre a "Carta de Salvador", editada no 67º ENCOGE - Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais de Justiça do Brasil, que solicita ao CNJ que o Colégio de Corregedores participe de forma efetiva no processo de estabelecimento de Metas para o Poder Judiciário, com a preocupação de promover maior qualidade nas decisões judiciais.

Instado a se manifestar, o consultor Joel Sólton explica que a Instituição da Governança Judiciária não tem como proposta reduzir o poder de discricionariedade do gestor e sim aperfeiçoar a qualidade das decisões, sem promover o engessamento do processo administrativo.

Macrodesafio: Aperfeiçoamento na Gestão de Custos	
Metas	22 - Diminuir para R\$ 2.300,00 o valor da despesa por processo até 2020.
	23 - Aplicar 0,90% do valor do orçamento executado em capacitação.
Iniciativas	- Logística integrada de atendimento às comarcas
	- Gerenciamento de custos por unidade

Durante as discussões sobre os projetos deste macrodesafio, o consultor Joel Sólton classifica que a iniciativa "Gerenciamento de custos por unidade" poderá incentivar as unidades à competição entre si, principalmente, se houver premiação.

Na iniciativa "Logística Integrada de Atendimento às Comarcas", o Desembargador Ronaldo Eurípedes propõe a utilização do cartão corporativo, citando exemplo do TJ-GO. Nesse

Dr. João Rigo Guimarães
Juiz Convocado

Helvécio de Brito Mota Neto
Desembargador

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'João Rigo Guimarães', 'Helvécio de Brito Mota Neto', and others.]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

momento, o Diretor Geral, Flávio Leali, explica que as licitações planejadas promovem maiores ganhos com a competitividade e que o Tribunal de Justiça já utiliza o cartão corporativo para alimentação nas Sessões do Tribunal do Júri e para abastecimento de veículos com combustível.

Nesse sentido, a Presidente, Desembargadora Ângela Prudente, explica que nas grandes compras com licitações há possibilidade de economia em larga escala, sendo acompanhada pela Desembargadora Jacqueline Adorno.

Macrodesafio: Melhoria da Gestão de Pessoas	
Metas	19 - Atingir 100% do mapeamento das competências dos servidores, até 2020.
	20 - Atingir 60% no índice de capacitação nas competências profissionais, até 2020.
	21 - Identificar e controlar 100% do absenteísmo, até 2016
Projetos remanescentes	- Gestão por competências
	- Programa Qualidade de Vida
Iniciativas	- Instrumento de medição de produtividade individual
	- Trabalho remoto no âmbito do Poder Judiciário
	- Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas

No decorrer da apresentação deste macrodesafio e das iniciativas, quanto à iniciativa de “Medição da Produtividade Individual”, o consultor Joel Sólton sugere a adoção do Banco de Horas. Quanto ao “teletrabalho”, anteriormente proposto, o consultor pondera que essa iniciativa será inevitável devido à modernidade. Sugere que quando for implantado no TJ-TO sejam adotados critérios específicos nas escolhas dos servidores e dos trabalhos a serem executados. Entretanto, para a iniciativa, informa que o “trabalho remoto” terá sucesso no Poder Judiciário Tocantinense, haja vista o avanço do processo eletrônico, que permite a distribuição do trabalho sem a remoção do servidor.

Macrodesafio: Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal	
Metas	17 - Ter 50% das comarcas do estado dotadas de sistema de audiência criminal por videoconferência, até 2020.
	18 - Atingir 50% no índice de videoaudiência criminais (com réu preso), até 2020.
Iniciativas	- NUPEMAS - Núcleos de Execução de Penas e Medidas Alternativas
	- Audiências Criminais Telepresenciais

Com relação ao macrodesafio e às iniciativas apresentadas, o Desembargador Ronaldo Eurípedes informa sobre “Audiência de Custódia” já idealizada no ENCOGE, e que o procedimento será cenário da nova política nacional para a Justiça Criminal.

Macrodesafio: Impulso às Execuções Fiscais Cíveis e Trabalhistas	
Metas	14 - Reduzir para 80% a taxa de congestionamento da execução fiscal, até 2020
	15 - Reduzir para 80% a taxa de congestionamento na fase de execução, até 2020

Dr. João Rigo Guimarães
Juiz Convocado

Helvécio de Brito Maia Neto
Desembargador

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

	16 - Atingir 150 processos de execução sentenciados ao ano por magistrado até 2020
Iniciativas	- Melhoria das Centrais de Execuções Fiscais

Macrodesafio: Gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	
Metas	13 - Reduzir para 85% a taxa de congestionamento em litigância serial, até 2020
Iniciativas	- Combate a Litigância Serial

Macrodesafio: Adoção de Soluções Alternativas de Conflito	
Metas	11 - Aumentar em 30% as conciliações realizadas até 2020 (processual e pré-processual).
	12 - Atingir a taxa de 60% de efetividade das audiências de conciliação, até 2020
Iniciativas	- Agentes da paz
	- Última Chance (CEJUSC - 2ª Instância)

Macrodesafio: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	
Metas	6 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
	7 - Identificar e julgar até 31 de dezembro do ano corrente, pelo menos 80% dos processos distribuídos nos 4 anos anteriores, no 1º grau, e nos 3 anos anteriores, no 2º grau e 100% dos processos distribuídos, nos 3 anos anteriores, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.
	8 - Baixar quantidade igual ou maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente
	9 - Reduzir para 50% a taxa de congestionamento processual geral do poder judiciário, até 2020.
	10 - Atingir 1.400 processos julgados ao ano, por magistrado, até 2020
Projetos remanescentes	- Sequencialidade de 1º e 2º grau
	- Sistema de Gestão de Precatórios
Iniciativas	- Estruturação das equipes multidisciplinares do Poder Judiciário Tocantinense
	- Precatórias por videoconferência
	- Central de atendimento dos juizados

Para este macrodesafio e suas metas, o Desembargador Ronaldo Eurípedes pondera que, para o índice de processos julgados por magistrado, o trabalho remoto também poderá ser aplicado para os Juizes, mediante Provimento da Corregedoria Geral.

Para a iniciativa da "Central de atendimento dos juizados" a Desembargadora Maysa Vendramini Rosal, autora da ideia, faz uma breve explanação, e a Presidente, Desembargadora Ângela Prudente, informa que o Convênio com o PROCON já está sendo objeto de reanálise.

Macrodesafio: Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Dr. João Rigo Guimarães
Juiz Convocado

Helvécio de Brito Maia Neto
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Metas	3 - Identificar e julgar pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até do dia 31 de dezembro do 3º ano anterior do cumprimento da meta.
	4 - Reduzir para 90% a taxa de congestionamento das ações de improbidade e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, até 2020.
	5 - Aumentar para 50% o índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, até 2020.
Iniciativas	- Probidade: Mais que um dever é um direito

Relativamente a este macrodesafio, o Juiz Pedro Nelson fez uma explanação do cenário tocantinense no que se refere à capacitação dos gestores. E para a iniciativa proposta, sugeriu que mais uma ação: “capacitação de gestores públicos em Precatórios”.

Macrodesafio: Garantia dos Direitos de Cidadania	
Metas	1 - Atingir 50% no índice de confiança no poder judiciário, até 2020.
	2 - Atingir 70% no índice de satisfação do usuário, até 2020.
Projetos remanescentes	- A3P - Agenda Ambiental da Administração Pública
Iniciativas	- Justiça Interativa

Quanto ao Judiciário Tocantinense promover ações junto à sociedade, o consultor Joel Sólón citou um projeto do TJ-SE, denominado “Canal Aberto”, em um programa de televisão que divulga os direitos do cidadão. Sobre esse assunto, a Presidente, Desembargadora Ângela Prudente, informou a todos sobre uma ação que se encontra em fase de conclusão que é o “Justiça no Rádio”, que tem o mesmo objetivo.

4. DELIBERAÇÕES SOBRE PROJETOS REMANESCENTES

Após deliberação sobre os macrodesafios e metas, os líderes decidiram pelo encerramento dos projetos: Alta Disponibilidade, Virtualização do Acervo de Jurisprudência e Segurança Armada e Eletrônica, que já estão finalizados.

Quanto aos projetos: Construção de Unidades Judiciárias, Construção de sede de Comarcas e Reformas de sedes de Comarcas, ficou deliberado que tais projetos constam no PPA e no Plano de Obras do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, portanto, não há mais necessidade de fazer parte dos macrodesafios.

5. ENCERRAMENTO

Encerrando a Reunião, a Presidente, Desembargadora Ângela Prudente, agradece a presença de todos que compareceram, inclusive, a do consultor Joel Sólón, e a contribuição de todos os Desembargadores, Magistrados, Diretores e Servidores. Informou que os trabalhos para elaboração do Planejamento Estratégico iniciaram em junho de 2013, avançando com

Dr. João Rigo Guimarães
Juiz Convocado

Helvécio de Brito Maia Neto
Desembargador

(Handwritten signatures and initials)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

técnicas, ações e projetos, e o resultado é o que dará uma segurança de decisões aos futuros gestores.

Todos os presentes parabenizaram os trabalhos e a gestão atual pelos excelentes resultados alcançados e pelo profissionalismo demonstrado.

A Desembargadora Presidente informou que será definida uma data para a Sessão Extraordinária para deliberações finais sobre o Planejamento Estratégico 2015-2020 e deu por encerrada a reunião.

Nada mais havendo para ser registrado eu, Elizabeth Maria Lima Barbosa Pugliesi, Elizabeth Maria Lima Barbosa Pugliesi, Técnico Judiciário de 2ª Instância, lavrei a presente Ata, que vai devidamente assinada pelo Diretor Geral, pelo Coordenador da COGES e pela Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça.


Jacqueline Adorno
Desembargadora


Desembargadora Ângela Prudente
Presidente


Desembargador MOURA FILHO
Vice-Presidente


Flávio Leali Ribeiro
Diretor-Geral


Juíza de Direito Adelina Gura
Relatora em substituição

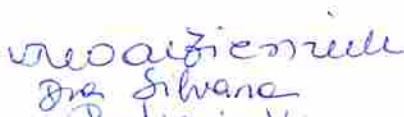

José Atilio Beber
Coordenador da COGES


Eurípedes Lomounier
Desembargador


Ana Carina Mendes Souto
Chefe de Gabinete da Presidência


Yuri Anderson Pereira Jurubeba
Chefe de Gabinete da CGJUS/TO



Helvécio de Brito Maia Neto
Desembargador


Dra Silvana Parfieniuk


Maysa Vendramini Rosal
Desembargadora / TJ-TO


Juíza Célia Regina Régis
Relatora em substituição


Ana Beatriz de Oliveira Preto
Diretora Executiva
Mat.: 352518


Ronaldo Eurípedes de Souza
Desembargador
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins


Dr. João Rigo Guimarães
Juiz Convocado

Jacques Albert
Desembargador

Luiz de Fátima
Desembargador

Antônio Mendes Souza
Desembargador

Luiz Antônio Pereira Assis
Desembargador

Márcia Vendramini Rossi
Desembargadora

Luiz Antônio de Oliveira
Desembargador

Ronaldo Eliezer de Souza
Desembargador

Luiz Carlos Lamounier
Desembargador

Luiz Carlos de Fátima
Desembargador

Luiz Carlos de Fátima
Desembargador

Dr. João Rigo Guimarães
Juiz Convocado